



DISCURSO – POSSE DO MINISTRO BRUNO DANTAS NO CARGO DE PRESIDENTE DO TCU E DO MINISTRO VITAL DO RÊGO NO CARGO DE VICE-PRESIDENTE DO TCU

Primeiro gostaria de agradecer à indicação para prestar essa homenagem aos empossados de hoje, os Ministros Bruno Dantas e Vital do Rêgo. Sinto-me muito honrado e espero que as palavras desse discurso façam jus à grandeza deste momento e reflitam a minha gratidão pela acolhida tão fraterna que tive ao ingressar nesta Colenda Corte de Contas.

O Ministro Bruno Dantas, o Ministro Vital do Rêgo, e eu somos, atualmente, os três Ministros deste Tribunal oriundos do Senado Federal, não apenas pela origem da indicação, mas por ali termos trabalhado. Nós três, portanto, frequentamos os corredores daquela Casa e — os Ministros hão de concordar comigo — sabemos que os corredores do Senado ensinam muito. Ensinam sobre política. Política no bom sentido. Política no sentido de ver grandes homens públicos cederem posições e pretensões pessoais em prol da coletividade; em prol daqueles que representam; em prol do interesse público e do país. Não importa a idade ou o nível de experiência de quem passa a frequentar aqueles corredores — pode ser um ex-governador de Estado começando a ter cabelos brancos, pode ser um experiente deputado atravessando do salão verde para o azul, ou pode ser um jovem e competente servidor público — todos aprendemos e adquirimos habilidades importantes durante nosso período no Congresso. O falar do parlamento é acentuado no Senado. O dialogar e, sobretudo, o ouvir. Dar um passo atrás e compreender que fazemos parte de um corpo colegiado e que sozinhos não conseguimos alcançar nenhum propósito. Essas são lições que retiramos da nossa experiência prévia e que, a partir do comportamento dos Ministros Bruno Dantas e Vital do Rêgo, vejo que informam e auxiliam na condução do cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União.



As nossas semelhanças não se encerram por aqui. Somos três professores. O Ministro Vital na Universidade Estadual da Paraíba, o Ministro Bruno na Universidade do Estado do Rio de Janeiro e eu, na minha Universidade Federal de Minas Gerais. Nesses poucos meses de TCU, observei predicados nos Ministros Bruno Dantas e Vital do Rêgo que advém da atividade de professor. A lucidez na oratória, a didática nas explicações, o preparo nos questionamentos, o respeito nas discordâncias, e, a principal delas: a incessável capacidade de aprender. O magistério é um aprendizado constante. Cora Coralina uma vez disse “Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina”. Todos nós que já demos aulas — e aqui estamos diante de consagrados professores das mais diversas áreas — sabemos de um segredo que nossos alunos não desconfiam: nós aprendemos tanto com eles quanto eles conosco.

Há uma outra semelhança entre o Ministro Bruno e o Ministro Vital que eu seria omissos se não mencionasse. A Presidência do Ministro Bruno Dantas será a quinta consecutiva de uma pessoa nascida no Nordeste brasileiro... Essa verdadeira dinastia que se iniciou com o estimado Ministro baiano Aroldo Cedraz, passou pelo maranhense ora preclaro Embaixador Raimundo Carreiro e chegou nos pernambucanos José Múcio, agora com novas e importantes atribuições, e Ana Arraes, nossa tão querida Presidente anterior, e retorna, neste momento, à iluminada Bahia de Todos os Santos com Bruno Dantas, já se preparando para o desembarque na valente e heróica Paraíba, de Vital do Rêgo. A gestão nordestina do Tribunal, que já nos trouxe tantos frutos, seguirá beneficiando o TCU nos próximos anos, pois embora o Nordeste brasileiro seja muito marcado pelas belezas naturais, tem a sua maior riqueza em seu povo, e a maior prova disso são esses dois filhos daquela região que homenageamos hoje.

O Ministro Bruno Dantas nasceu em Salvador, mas foi criado no sertão baiano, em Feira de Santana. Teve origem humilde, mas isso não o impediu de pelejar. Como nosso eterno patrono Rui Barbosa disse em sua famosa Oração aos Moços: “Ninguém desanime, pois, de que o berço lhe não fosse generoso, ninguém se creia malfadado por lhe minguaem, de nascença, haveres e qualidades. Em tudo isso não há surpresa que se não possam esperar da tenacidade e santidade no trabalho”. E Bruno trabalhou. E muito.

Chegou em Brasília com 19 anos quando sua mãe, caixa do Banco do Brasil, foi transferida para cá. Moravam em Taguatinga Norte, em uma sobreloja acima de um bar movimentado e barulhento. Isso obrigou Bruno a ter horários alternativos nos estudos, pois tinha que esperar o bar fechar — geralmente por volta da 1h da manhã — para que o silêncio o permitisse se concentrar. A garra nos estudos é uma face importante do Ministro Bruno. Sua Excelência sempre diz que mesmo com dificuldades financeiras, seus pais sempre focaram em garantir-lhe uma boa educação. Com muito esforço, foi aprovado no concurso do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, mas os tempos seguiram difíceis. Como todo garoto que não tinha dinheiro de sobra, teve que ter determinação e denodo para, diariamente, pegar ônibus e ir trabalhar, e de noite, também de coletivo, ir para a faculdade de Direito. Durante esses anos, mostrou-se obstinado. Trabalhava em Samambaia, cidade satélite do Distrito Federal, assistia as aulas da faculdade em Taguatinga e voltava para casa com a mesma rotina de leitura na madrugada. Dedicou-se aos estudos como ninguém e orgulhou seus pais ao ser a primeira pessoa da família a conquistar um diploma universitário. O sacrifício deles e o seu próprio sacrifício valeram a pena, meu caro Ministro Bruno. Não é difícil aquilatar a imensa emoção, agora, de seus pais, Isis Dantas da Silva e Arnaldo José do Nascimento, aqui presentes, testemunhando a sua posse na presidência do TCU! O esforço de ambos e a dedicação incansável do Ministro Bruno amealhou sucesso pleno!

Na faculdade de Direito da Universidade Católica de Brasília seus professores o descrevem como brilhante e, sem medo de errar, usam a palavra “gênio” ao lembrarem do aluno Bruno. Sempre priorizando os estudos, tornou-se Mestre e Doutor pela Pontífice Universidade Católica de São Paulo e consagrou-se como um dos maiores processualistas do Brasil. Seus livros sobre o sistema recursal civil e constitucional são leituras obrigatórias nas cadeiras de Direito Processual e auxiliaram a moldar a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.

Ainda na vida acadêmica, tornou-se Pós-Doutor em Direito pela UERJ, universidade na qual agora leciona. Também é professor em importantes instituições de ensino no país, como a Fundação Getúlio Vargas e a Universidade Nove de Julho. Mas o Brasil ficou pequeno para o brilhantismo do Ministro Bruno, que, então, foi convidado para ser Professor-Pesquisador Visitante na “Cardozo School of Law” (em Nova Iorque, no Estados Unidos), no “Max Planck Institute for International, European and Regulatory Procedural Law” [Instituto de Direito Processual Internacional, Europeu e Regulatório] (em Luxemburgo) e na “Université Paris I Panthéon-Sorbonne” [Sorbonne] (em Paris, França).

Todas as conquistas do Ministro Bruno vieram por meio do estudo e com grande custo pessoal. Demonstrou desde cedo sua aptidão para o serviço público. Na carreira profissional, já servidor do TJDF, foi aprovado aos 25 anos em um dos concursos mais concorridos do país e assumiu o cargo de Consultor Legislativo do Senado Federal. E não se acomodou. Trabalhou em matérias importantes para o país, como a Reforma do Poder Judiciário e o novo Código de Processo Civil. Com menos de 30 anos, foi indicado Consultor-Geral por seus pares, nomeado pelo Presidente do Senado e exerceu a função com tamanho brilhantismo, que ganhou o respeito das Senadoras e dos Senadores.



Foi o representante do Senado Federal no Conselho Nacional do Ministério Público entre 2009 e 2011, e participou ativamente da criação do Portal da Transparência do Ministério Público. Depois, entre 2011 e 2013 integrou o Conselho Nacional de Justiça, órgão no qual foi Presidente da Comissão de Articulação Federativa e Parlamentar e autor da resolução que passou a exigir “ficha limpa” para ocupação de cargos em comissão e funções comissionadas em todo o Poder Judiciário.

Finalmente, em abril de 2014, foi indicado para a vaga no Tribunal de Contas da União decorrente da aposentadoria do Ministro Valmir Campelo. Seu processo de indicação foi relatado na Comissão de Assuntos Econômicos por um grande Senador do Estado da Paraíba — acho que Vossas Excelências conhecem —, o renomado Senador Vital do Rêgo.

Então, em 13 de agosto de 2014, foi empossado como Ministro do TCU — o segundo mais jovem Ministro desta Casa e o mais jovem desde que se impôs a idade mínima de 35 anos. Aliás, abro um parêntese aqui sobre uma interessante — digamos — controvérsia sobre o “pódio” dos Presidentes mais jovens deste Tribunal. No primeiro lugar está obviamente o Ministro Ruben Machado da Rosa, que assumiu a direção com apenas 39 anos. Em segundo, o Ministro Luiz Octavio Gallotti, que foi eleito com 43 anos. A controvérsia fictícia está na terceira posição. Se contarmos a data de hoje, o Ministro Walton Alencar, nosso venerado e respeitado decano, segue sendo o terceiro Ministro mais jovem a ser eleito para o cargo de Presidente, com 44 anos, 7 meses e 24 dias, contra os 44 anos, 9 meses e 8 dias completados hoje pelo Ministro Bruno Dantas. Mas se contarmos o dia 25 de julho de 2022 — data em que assumiu interinamente a Presidência — o Ministro Bruno “ganha” do Ministro Walton por pouco mais de 3 meses.



Estatísticas à parte, esses últimos oito anos em que o Ministro Bruno Dantas compôs este Tribunal demonstram o equívoco da frase “a juventude é uma coisa maravilhosa, que pena a desperdiçar nos jovens”, cuja autoria é atribuída ao dramaturgo irlandês ganhador do Prêmio Nobel, George Bernard Shaw. A juventude do Ministro Bruno é uma qualidade, um atributo positivo; é a sua potência de agir e de protagonizar mudanças importantes e necessárias, e Sua Excelência vem demonstrando isso desde que chegou ao Tribunal.

O Ministro Bruno Dantas foi relator de processos importantes como a fiscalização dos acordos de leniência pelo Tribunal e as contas do Presidente da República do exercício financeiro de 2019. Mas mais do que isso, o Ministro Bruno se destaca no dia a dia, nas relações pessoais, nas conversas entre as sessões, na amizade com os colegas, na liderança inata que demonstra. A cortesia no trato e a postura de homem público é precisamente o que o país precisa na condução do Tribunal de Contas da União nesta conjuntura sensível de transição.

A cada dia se afirma a necessidade de robustecermos as instituições no Brasil, etapa imprescindível para nosso reconhecimento dentre as nações mais desenvolvidas do mundo. Estado de tensão entre os poderes constituídos não é receita para a civilidade... ao contrário. Temos, então, a oportunidade de virar a página. De retomar o diálogo entre os Poderes e o papel do TCU será importante para a manutenção da estabilidade institucional do país. O desafio é grande, mas não é além do que a capacidade do Ministro Bruno Dantas pode suportar.

Ministro Bruno Dantas, toda a trajetória de Vossa Excelência contribuiu para este momento.

Presidente Bruno Dantas. Soa bem, soa merecido. Na Primeira Epístola aos Coríntios, o Apóstolo Paulo diz: “Mas, pela graça de Deus, sou o que sou; e a sua graça, que me foi concedida, não se tornou vã; antes, trabalhei muito mais do que todos eles; todavia, não eu, mas a graça de Deus comigo”.



Fico muito feliz e orgulhoso de participar, ainda que de maneira singela, deste importante ponto da biografia do amigo e sei que Vossa Excelência está apenas começando. O seu porvir é ainda mais brilhante!

O Vice-Presidente empossado, Ministro Vital do Rêgo Filho, nasceu em Campina Grande, na Paraíba. Médico, advogado e professor, Vitalzinho como é conhecido seguiu os passos do avô, Major Veneziano, e do pai, Antônio Vital do Rêgo, ambos importantes políticos de seu Estado, reconhecido pela qualidade superior de seus homens públicos.

Permitam-me, portanto, uma breve homenagem à memória do grande Vital do Rêgo, advogado, sociólogo e, principalmente, pai do nosso Ministro Vital, que construiu uma notável carreira na Paraíba, tendo sido líder do governo do Estado em seu primeiro mandato de deputado estadual entre 1959 e 1962. Tomou posse como deputado federal em 1963. Em 1964 viu de perto o golpe militar que extinguiu o seu partido político. Conseguiu se reeleger deputado federal, mas em 1968, concorreu à prefeitura de Campina Grande pelo MDB, em oposição ao regime militar, e sofreu retaliações. Em 1969 teve seu mandato cassado e ficou sem os seus direitos políticos. Durante esse período de exceção, não pôde participar da política nem pôde exercer seu ofício de professor na Universidade Federal da Paraíba. Vitalzinho, ainda garoto, aprendeu os males de um regime autoritário e vivenciou o custo pessoal de defender os ideais democráticos em tempos adversos. Em 1979, Vital do Rêgo retomou seus direitos políticos e voltou à política de seu Estado, mesmo sem assumir cargo eletivo. Voltou também a lecionar, dando aulas na USP e na FURNE (que hoje é Universidade Estadual da Paraíba). Nos anos 80, foi Presidente da seccional paraibana da OAB, e Procurador-Geral do Estado. Com redemocratização, pai e filho concorreram às eleições e foram eleitos. Vital do Rêgo retornou à Brasília como deputado federal em 1990, enquanto o hoje Ministro Vital iniciou sua carreira política como vereador em 1988.



A belíssima carreira política do nosso Ministro Vital começou, pois, na Câmara Municipal de Campina Grande, onde exerceu dois mandatos de vereador. Depois, foi eleito deputado estadual. Na Assembleia Legislativa da Paraíba, serviu por três mandatos, 12 anos. Veio para Brasília como deputado federal em 2007 e nas eleições de 2010 foi eleito Senador da República. No Senado, foi vice-líder da maior bancada da Casa, vice-líder do Governo, Corregedor e Presidente da Comissão Mista de Planos e Orçamento.

Em 2012, assumiu um dos cargos mais importantes do Senado Federal, a Presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Foi relator de matérias relevantes como a LDO 2015, a repartição dos royalties do pré-sal e o Código de Processo Civil. Em 2014, foi indicado e aprovado para o cargo de Ministro deste Corte. Toda essa trajetória honra e inspira sua família, seu Estado e todo o país.

Lamentavelmente não convivi com Sua Excelência no Senado, mas o seu legado, especialmente à frente da CCJ, é respeitado e reconhecido por todos. Tive a felicidade, todavia, de conviver com seu irmão, o Senador Veneziano, e com a senhora sua mãe, a Senadora Nilda Gondim, ambos diletos amigos que fiz na Casa Alta do Congresso Nacional. Pelos relatos, sabia tratar-se principalmente de uma pessoa extremamente amena, homem de família, gentil e respeitoso. Também sabia que era um político habilidoso, experiente e muito preparado. Chegando ao Tribunal, logo percebi que a propaganda não era exagerada. Encontrei aqui um admirável colega e amigo, conhecedor dos mais variados assuntos, firme em suas convicções, mas sem jamais perder a cortesia. E, não posso deixar de registrar, um contador de casos sem igual, companheiro de todas as horas! O respeito que tinha à distância, rapidamente tornou-se concreto durante esses poucos meses de convivência, aumentado ainda pelas afetuosas palavras de boas-vindas com que me recebeu em minha posse no TCU. Como Vice-Presidente dessa Casa terá o importante papel de auxiliar o Presidente Bruno Dantas na gestão do Tribunal.



Já me encaminhando para o final, não poderia deixar de falar sobre a Presidente Ana Arraes, que se aposentou em julho deste ano em meio ao comando do Tribunal. Sinto-me muito envaidecido por ter assumido o cargo de Ministro desta Casa durante a Presidência da Ministra Ana Arraes. Ainda que não tenhamos convivido por tanto tempo, é inegável a estima e a admiração que tenho por Sua Excelência. Sei do trabalho hercúleo que foi gerir o TCU durante a pandemia, mas a Ministra Ana Arraes o fez com louvor. Aliou a sensibilidade e força da mulher nordestina à habilidade política desenvolvida ao longo de uma notável carreira pública. Respeitada e admirada por Ministros, Procuradores, auditores, servidores e terceirizados, a Ministra deixou altíssima a expectativa em relação à Presidência, o que engrandecerá o mister que o Ministro Bruno e o Ministro Vital terão daqui para frente.

Os tempos que se avizinham serão de construção. Presidente Bruno Dantas e Vice-Presidente Vital do Rêgo, irmanados com todo o colegiado, com o Ministério Público de Contas e o corpo funcional do TCU enfrentarão desafios importantes. Mas, não lhes faltam preparo e competência para superá-los. As inovações já anunciadas, como por exemplo o empenho pela solução consensual de conflitos, apontam para novos tempos do controle externo, comprometido com a eficiência do serviço público, com a segurança jurídica e com a higidez orçamentária.

Que sejam felizes e bem-sucedidos, com as bênçãos de Deus e todo o nosso entusiasmado aplauso!